

Resumo de notícias econômicas

17 de Agosto de 2021 (terça-feira)

Ano 3 n. 155

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 17 DE AGOSTO DE 2021

Governo omite índice de risco de racionamento de energia

Broadcast

Antes informados mensalmente, cálculos sobre a possibilidade de ocorrer racionamento de energia elétrica no Brasil deixaram de ser informados pela gestão de Jair Bolsonaro. A PSR, maior consultoria do ramo no País, vê piora na situação e calcula que o risco de racionamento varia de 10% a 40% entre setembro e novembro, dependendo da demanda.

Na pior crise hídrica da história do País, o governo não divulga um indicador que determine se e quando um racionamento de energia deve ser iniciado. Cálculos sobre as chances de ocorrer uma falta de eletricidade, que eram publicados mensalmente, deixaram de ser informados no início da gestão Bolsonaro. Esse dado, que avalia a situação de suprimento para vários cenários de chuvas, continua a ser calculado, mas deixou de ser o principal instrumento para a tomada de decisões sobre a necessidade ou não de um racionamento, afirma o Ministério de Minas e Energia (MME). O ministro Bento Albuquerque afirma publicamente que o governo não trabalha com a hipótese de um racionamento de energia, mas o setor privado avalia que a situação não é confortável. Maior consultoria de energia do País, a PSR vê piora na situação de suprimento de energia e calcula que o risco de haver racionamento no segundo semestre varia de 10% a 40% entre setembro e novembro, dependendo do crescimento da demanda.

O governo sempre divulgou o “risco de déficit” após as reuniões mensais do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, grupo coordenado pelo MME. Desde janeiro de 2019, deixou de ser publicado. Esse indicador era separado por regiões e avaliava a situação de suprimento com base na série histórica de informações climáticas utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), de 91 anos. O risco também era apresentado para uma amostra de 2 mil cenários artificiais a partir do histórico e que reproduzem secas mais severas que as ocorridas.

“O mundo busca parametrizações para a tomada de decisão. Utilizamos termômetro para monitorar febre, e a partir de 37,5 graus é recomendado o uso de analgésico. Utilizamos o Value at Risk (VAR) para dizer quando um portfólio financeiro deve ou não ser desfeito no setor financeiro”, compara o professor da PUC-RIO Alexandre Street. “Por que não temos um índice de monitoramento da situação do abastecimento energético para saber se devemos ter racionamento? Não faltam metodologias. Bastam um pouco de organização institucional.”

O Broadcast questionou o MME oficialmente sobre qual é a métrica utilizada para decretar um racionamento, já que o risco de déficit, apesar de ainda ser calculado, não serviria mais como parâmetro, de acordo com a própria pasta. “Não existe uma métrica definida. Mas, sim, uma análise multifatorial que leva em consideração a perspectiva de consumo e de chuvas para os próximos meses. Essa análise é realizada mensalmente pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) com base nos cenários apresentados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)”, disse a pasta. O ONS disse que “não há métrica no setor elétrico brasileiro que possa ser usada para decretar o início e o fim de um racionamento de energia”.

A relação entre o aumento do risco de déficit e a ocorrência de apagões é clara. Em janeiro de 2015, recordes de consumo de energia e calor intenso, o risco de racionamento chegou a bater em 4,39% no Sudeste/centrooeste, considerando a série histórica, e em 7,3% na série feita por simulações. Foi naquele mesmo mês de janeiro de 2015 que o País registrou um pico de consumo às 14h30 do dia 20, que deixou 10 Estados e o Distrito Federal sem energia por mais de uma hora, desligando, inclusive, linhas de metrô da capital paulista. O limite na época era de 5%, ou seja, o governo era obrigado a adotar medidas adicionais para assegurar o suprimento se o histórico de chuvas – e os cenários artificiais criados a partir delas – mostrasse chances de faltar energia em mais de 5% deles.

Para Luiz Barroso, presidente da PSR, diversas ações podem diminuir o risco de até 40% de chances de racionamento, como bônus financeiro, flexibilização dos reservatórios de hidrelétricas—ou seja, usar a água primordialmente para geração de energia, atendendo a ponta do consumo. O maior risco, segundo ele, é o de o sistema operar no limite nos horários de maior demanda, no início da tarde. A avaliação é de

que as medidas mitigatórias em andamento não resolvem o problema da ponta. Barroso explica que a vazão—quantidade de água que chega aos reservatórios das hidrelétricas—tem piorado o que aumenta o risco de faltar energia. “Se o Sul piorar, ele não só deixa de ajudar o Sudeste precisará de ajuda, o que piora a situação do abastecimento.” A consultoria assumiu um crescimento no consumo de 7,8% neste ano, em relação a 2020 – e de 9% entre agosto e dezembro.

Cesta básica quase empata com mínimo

O Estado de S. Paulo

O galope da inflação nos últimos meses tornou cada vez mais difícil o sustento básico da população mais pobre. Em julho, o valor da cesta básica na capital paulista para uma família de quatro pessoas quase empatou com o salário mínimo. O quadro é preocupante porque a cesta básica inclui gastos apenas para compra de 39 produtos, entre alimentos e itens de higiene pessoal e limpeza doméstica. Ficam de fora itens tão importantes quanto a alimentação, como despesas com moradia, transporte e medicamentos, por exemplo.

Levantamento mensal feito pelo Procon-sp em convênio com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra que em julho o custo da cesta básica paulistana chegou a R\$ 1.064,79. A alta foi de 0,44% em relação a junho, de 5,65% no ano e de 22,18% em 12 meses. Em 12 meses até julho, a inflação oficial medida pelo IPCA avançou 8,99%. O que mais chama a atenção na pesquisa é que o valor da cesta de julho encostou no salário mínimo de R\$ 1,1 mil. A diferença de R\$ 35,21 entre o custo da cesta básica e do salário mínimo é a menor desde dezembro de 2020 (R\$ 37,11). Com o “troco” dá para fazer muito pouco. É insuficiente, por exemplo, para levar para casa um quilo de carne de segunda. No mês passado, a produto era encontrado no varejo paulistano pelo preço mínimo de R\$ 36,10.

“O quadro é grave. Estamos chegando ao patamar do ‘elas por elas’, com os gastos com alimentação, higiene e limpeza empatando com o salário mínimo”, afirma Marcus Vinicius Pujol, diretor do Procon-sp, responsável pela pesquisa. Ele diz que o que atenuou a situação foi o auxílio emergencial do governo federal e os programas estaduais de distribuição de renda. Segundo ele, porém, nenhum desses atenuantes

reduzem a gravidade da situação, argumenta. Ele ressalta que o desemprego em alta agrava o estrago provocado pelo aumento da inflação.

Essa é a avaliação do coordenador de índices de preços da FGV, André Braz. “O desemprego piora o impacto da inflação no orçamento”. Uma coisa, diz ele, é ter dinheiro e os produtos e serviços irem ficando mais caros. “As famílias vão dando um jeito, compram menos, trocam de produto.” Outra coisa é quando não se tem dinheiro e os produtos encarecem. “Nesse caso, a sensação de que a inflação é muito maior, é uma situação de impotência.” Enquanto a comida em geral acumula alta de 12% em 12 meses, os preços dos alimentos essenciais da cesta básica subiram 25%, observa Braz. Ele lembra que a expectativa era de que os preços dos alimentos recuassem mais rápido. No entanto, isso não ocorreu por causa dos problemas climáticos: falta de chuvas e geadas que castigaram as safras de vários produtos.

Na avaliação do economista da FGV, esse quadro da inflação pode se agravar ainda mais com a crise hídrica castigando a produção. Pujol, do Procon-sp, faz uma avaliação semelhante. A perspectiva, diz ele, é que a cesta básica continue pressionada nos próximos meses. “Acredito que o cenário se agrave”, afirma o diretor. Problemas climáticos, como seca e geadas que afetaram as safras de vários produtos nas últimas semanas, devem ter impactos nos preços da comida e a volta à normalidade deve demorar, diz.

A pesquisa coleta preços em 40 supermercados da capital e elabora uma cesta com as menores cotações encontradas de cada item. “É a cesta mais barata dentro do universo que pesquisamos.” Essa cesta “ideal” em termos de custos, na maioria das vezes, acaba sendo inviável para o cidadão comum porque requer uma grande pesquisa de preços. No mês passado, os vilões da cesta básica paulistana foram a carne de primeira, o café em pó, o frango resfriado inteiro, o leite de caixinha e o pão francês. De 39 itens pesquisados, mais da metade (21) teve aumento de preço.

BC MONTA CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Estado de S. Paulo

PLA-POU-CRÉ. Parece um trava-língua, mas é a base do programa de educação financeira que o Banco Central quer levar a 100 mil escolas municipais, estaduais e

federais do Ensino Fundamental: planejamento (PLA), poupança (POU) e crédito (CRÉ) são os pilares do Aprender Valor, que tem como objetivo chegar a 5 milhões de alunos até o fim de 2022.

A primeira perna aborda o orçamento, o entendimento do dinheiro que entra e que sai. A segunda trata do conceito de economizar e é levado ao estudante, por exemplo, a diferença de poupança passiva (a que é feita com as sobras de recursos) e a ativa (que é separada no momento inicial de um pagamento). A terceira aborda os diferentes tipos de financiamento e empréstimos. “Talvez a criança não aproveite o CRÉ porque não tem acesso ao sistema financeiro, ou tenha alguma dificuldade com o POU porque os recursos são escassos, mas quero incutir nela o conceito”, afirma o diretor de Relacionamento Institucional do BC, Maurício Moura. “Quero que saiba que, se guardar R\$ 1 ou R\$ 2 de R\$ 10, mesmo que seja obtido na rua, e gaste os outros R\$ 8, quando chegar ao final de um ou dois meses pode ter uma quantia de dinheiro que ela não tinha”, diz.

O projeto-piloto teve início em abril em cinco Estados (Pará, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná) e no Distrito Federal. De 429 escolas, o Aprender Valor passou a ser usado em 10,4 mil. O número de municípios saltou de 257 para 1.630, com representantes de todas as regiões. O universo de 36 mil estudantes na fase inicial se multiplicou para 308 mil. Mais para frente será aberta a segunda fase, que terá início em 2022, quando o objetivo é chegar a 5 milhões de alunos. Moura está confiante de que muito mais adesões ocorram, já que a primeira fase ainda contou com momentos de incerteza da volta às aulas pós-pandemia.

O público-alvo, sem dúvida, são os estudantes, mas a intenção do projeto é envolver ao máximo os professores, um total de 1,2 milhões de profissionais. “Muitas vezes, os professores não têm educação financeira nem para gerir seu próprio recurso e têm pouco tempo para desenvolver programas de educação financeira”, afirmou o diretor do BC. Por isso, paralelamente ao conteúdo para as crianças, eles contam com um curso de finanças pessoais.

Glaucia Bravin, diretora da Escola Estadual Braz Sinigaglia, de Batayporã, uma cidade de 11,3 mil habitantes no interior do Estado de Mato Grosso do Sul, teve sua escola selecionada e implantou o Aprender Valor aos 35 alunos do 5.º ano fundamental.

“O programa traz coisas novas até para nós, professores, diretores e coordenadores. O curso é bem puxado e atual”, disse. “Até eu, que sou professora de matemática, tive de parar em alguns momentos para refletir sobre o tema.”

O programa para os alunos é voltado para os anos ímpares do Ensino Fundamental e vai prontinho para o professor: desde a preparação da aula, o material a ser utilizado e a forma de se fazer a avaliação. No geral, os 35 projetos a serem usados de cinco a 10 aulas são feitos de forma transversal, ou seja, dentro de uma disciplina já prevista na grade curricular das escolas, como matemática, português, história ou geografia.

Para colocar o projeto de pé, o BC participou de um edital para obter financiamento do Fundo de Direitos Difusos (FDD). O programa foi aprovado e a autoridade monetária recebeu R\$ 11 milhões, que serão usados até 2022. O BC tinha o conhecimento de educação financeira, mas precisava de uma parceria para levar a proposta mais próxima das escolas. Por isso, com os recursos contratou o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED/UFJF), que desenvolveu o conteúdo e fez a interação com as secretarias de Educação. Foi criada, então, uma plataforma online onde os professores, coordenadores e diretores registram a escola, as turmas e os alunos. “Com essa plataforma, eu chego ao Brasil todo ao mesmo tempo. Não preciso estar no Amazonas ou no Rio Grande do Sul para fazer isso”, disse Moura.

Reservas em ouro do BC quase dobram em 3 meses

O Estado de S. Paulo

Em movimento iniciado em maio, o Banco Central, comandado por Roberto Campos Neto, voltou a comprar ouro para estocar nas reservas internacionais do Brasil. Em julho, o BC adquiriu no mercado o equivalente a 8,5 toneladas do metal. Em três meses, as compras já somaram 62,3 toneladas e fizeram as reservas em ouro quase dobrar.

Os dados sobre as reservas mostram que o BC adquiriu 11,9 toneladas do metal em maio – ou 384 mil onças troy, considerando a medida utilizada internacionalmente. Em junho, foram mais 41,8 toneladas (1,344 milhão de onças troy), um recorde para um

único mês considerando a série histórica do BC, iniciada em dezembro de 2000. Em julho, 8,5 toneladas (274 mil onças troy). Em comparação, as 62,3 toneladas compradas nos três meses pesam o mesmo que 16 elefantes asiáticos.

Com as operações, o BC elevou em 92,4% o volume de ouro nas reservas, para 129,7 toneladas. Em dólares, a quantidade de metal subiu 98,5%, para US\$ 7,596 bilhões, já considerando a valorização do ativo nos últimos meses. O movimento chama a atenção porque, de novembro de 2012 a abril deste ano, o BC pouco havia alterado o montante das reservas aplicado em ouro. Nesse período, comandaram a autarquia os economistas Alexandre Tombini, Ilan Goldfajn e o próprio Campos Neto, a partir de 2019.

As reservas internacionais, que no fim de julho somavam US\$ 355,7 bilhões, funcionam como uma espécie de “seguro” contra crises cambiais. Os recursos são suficientes para cobrir os atuais compromissos do Brasil em dólar e, por isso, o País se coloca hoje como um credor em moeda estrangeira – e não como um devedor.

A maior parte das reservas é formada por títulos conversíveis em dólares e por dólares depositados em bancos centrais de outros países, no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco de Compensações Internacionais (BIS). No fim de 2020, essa parcela chegava a US\$ 332,0 bilhões, ou 93,4% das reservas. Em comparação, o montante de ouro no fim do ano passado era de US\$ 4,101 bilhões, ou 1,2% do total.

Ao comprar 62,3 toneladas do metal nos últimos três meses, o BC elevou para US\$ 7,596 bilhões a parcela de ouro nas reservas. O ativo corresponde agora a 2,1% do total. O percentual ainda não representa uma grande mudança no perfil de alocação dos recursos, mas marca uma diferença de postura do BC de Campos Neto em relação a seus antecessores.

Com a chegada de Campos Neto ao BC, em 2019, surgiram sinais de que a gestão das reservas internacionais poderia mudar, mesmo que pontualmente. Em maio daquele ano, Campos Neto confirmou que havia uma discussão dentro da autarquia sobre a gestão dos ativos. Na ocasião, o diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra, disse que um dos objetivos era rever a eficiência dos instrumentos de reserva, e não discutir os níveis do seguro.

No caso do ouro, a pandemia afetou as cotações. Em meio à crise, bancos centrais e empresas de todo o mundo foram em busca do metal como ativo de reserva. Esse aumento de demanda fez a cotação à vista da onça troy na OTC Metals, nos Estados Unidos, subir de US\$ 1.515,12 no fim de 2019 para US\$ 1.896,49 no encerramento de 2020. O avanço foi de 25,2%. Este ano, com a continuidade da crise, o BC decidiu ir às compras.

Frente Parlamentar apoia investimento externo

Broadcast

A preocupação em torno do recebimento de recursos de outros países fez surgir uma nova frente parlamentar no Congresso Nacional. Lançada oficialmente nesta semana, a Frente Parlamentar em Apoio aos Investimentos Estrangeiros para o Brasil pretende apresentar projetos específicos e fazer andar propostas já em tramitação para mudar o ambiente de negócios e tornar o País mais atrativo ao capital estrangeiro.

“Hoje há muitos recursos no mundo para investir, mas não há ambiente no Brasil que garanta este investimento”, afirmou o senador Izalci Lucas (PSDBDF), autor da proposta de criação da frente, apelidada de “Investe Brasil”. Segundo o senador, a frente pretende focar determinados assuntos de forma suprapartidária, como a desburocratização, a simplificação de processos e a reforma tributária. A intenção é abrir um diálogo com a sociedade civil, com empresários e com Estados e municípios, para melhorar o ambiente de negócios.

“O investidor, quando vem ao Brasil, fica maluco. Cada Estado tem uma tributação, um ICMS”, pontuou o senador, ao falar sobre um dos principais desafios a serem enfrentados. “Queremos trabalhar em conjunto com o BNDES, a Apex e o próprio parlamento.” O lançamento oficial da frente, em Brasília, contou com a presença de parlamentares já tradicionalmente ligados a questões econômicas, como os senadores Antonio Anastasia e Wellington Fagundes, mas também com 30 embaixadores e empresários de outros países, além do ministro de Relações Exteriores, Carlos França. Por trás deste interesse no Congresso em articular mais investimentos está a percepção de que o Brasil tem problemas estruturais que prejudicam a atração de recursos. A

questão vem ganhando importância em função da pandemia do novo coronavírus, que alterou os fluxos de investimentos em todo o mundo.

O Investimento Direto no País (IDP) – tipo de aporte de estrangeiros voltado para a construção de novas plantas produtivas ou para a compra de participação em companhias já em funcionamento – é um bom exemplo das mudanças trazidas pela pandemia. Com a pandemia do novo coronavírus, os fluxos globais de Investimento Estrangeiro Direto (IED) despencaram em um terço em 2020, para US\$ 1 trilhão. Esta diminuição de recursos foi sentida pelo Brasil, mas vem sendo tratada como algo passageiro no discurso oficial.

Dados do Banco Central mostram que o Investimento Direto no País – IDP, antigamente chamado de IED como na nomenclatura internacional – fechou 2020 em US\$ 44,66 bilhões. Em 2019, antes da pandemia, a cifra havia sido de 69,17 bilhões.

Durante o primeiro ano da pandemia de covid-19, o Banco Central manteve o discurso de que a redução do IDP significava um “adiamento” dos investimentos estrangeiros, e não um cancelamento. A visão, sustentada até hoje, é de que o IDP retornará a patamares mais elevados quando a crise sanitária passar.

No entanto, os próprios números do Banco Central trazem incertezas. Entre 2010 e 2019 – antes da pandemia – o Brasil registrou resultados anuais de IDP normalmente acima dos R\$ 70 bilhões. As exceções foram 2015 (US\$ 64,74 bilhões), durante a crise fiscal, e 2017 (US\$ 68,89 bilhões). Para o ano de 2021, a projeção do BC é de um IDP de US\$ 60 bilhões – se confirmado, o menor saldo desde 2009 (US\$ 31,48 bilhões).

O fenômeno não afeta apenas os investimentos produtivos que poderiam ser direcionados ao Brasil, mas os negócios estrangeiros já estabelecidos também. Com dificuldades para sobreviver de forma competitiva, estas multinacionais decidiram que era melhor fechar as portas por aqui. Em 2021, a gigante japonesa Sony encerrou definitivamente sua produção no Brasil. Antes dela, em outubro de 2020, outra japonesa, a Mitutoyo, já havia fechado sua fábrica de instrumentos de medição em Suzano, no interior de São Paulo.

Há outros exemplos. Mais recentemente, em abril, a multinacional franco-suíça LafargeHolcim, terceira maior fabricante de cimentos no Brasil, anunciou a venda de suas operações locais. O grupo farmacêutico suíço Roche decidiu deixar de fabricar

medicamentos no País até 2024. Presente no Brasil há um século, a montadora Ford anunciou sua saída.

Energia eólica já responde por 20% do abastecimento

O Estado de S. Paulo

Entre junho e novembro, uma média de 20% do abastecimento elétrico nacional será suprida com a geração eólica. Esse volume, recorde, é resultado da “safra dos ventos”, como é conhecido o período em que as rajadas são mais constantes e fortes. A estiagem ajuda o setor.

Os ventos têm indicado o caminho para que o Brasil atravesse uma das estiagens mais severas da história e dribles o risco de racionamento. Entre junho e novembro, uma média de 20% do abastecimento elétrico nacional será suprido com a geração eólica. Esse volume recorde é resultado da “safra dos ventos”, como é conhecido este período do ano, quando as rajadas se tornam mais constantes e fortes, em contraposição à redução das chuvas que afeta boa parte do País. Se falta água nos reservatórios das hidrelétricas do Sudeste e Centro-oeste, sobra vento nas costas do Rio Grande do Norte, da Bahia e do Rio Grande do Sul. É isso que tem ajudado a equilibrar a geração de energia.

No início desta semana, 16% do consumo diário de energia em todo o País foi suprido pelos parques eólicos. Os aerogeradores já chegam a alimentar o consumo de um dia inteiro da região Nordeste, como ocorreu em 22 de julho, conforme os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A tendência é de crescimento. As estimativas apontam que, em horários de pico, as eólicas vão atender cerca de 23% do mercado total de energia do Brasil. Como o sistema de transmissão interliga todo o País, essa geração ajuda a reduzir a pressão sobre os reservatórios de hidrelétricas, que podem guardar mais água para tentar reduzir os impactos da pior crise hídrica dos últimos 91 anos.

As eólicas já abastecem, em média anual, cerca de 13% da demanda de energia no Brasil e, neste segundo semestre, essa média saltará para 20% de abastecimento. E não é só no Nordeste que os recordes são registrados. Embora tenhamos cerca de 80% da capacidade instalada nessa região, o Sul do Brasil também tem uma capacidade

instalada importante”, diz Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Essa capacidade de colheita dos ventos é resultado dos investimentos pesados que o setor recebeu nos últimos anos. Há dez anos, a fonte eólica não passava de uma experiência dentro da matriz elétrica, com pouco mais de 900 megawatts de capacidade instalada em algumas dezenas de parques eólicos. Uma década depois, esse volume se multiplicou por 20 e já chega a 19 mil megawatts. São mais de 720 parques que, diariamente, colocam para girar 8.550 cataventos nos principais corredores de vento do território nacional.

Em 2020, o Brasil foi o terceiro país que mais ampliou sua capacidade de geração, com 2.297 megawatts adicionados, ficando só atrás da China e dos Estados Unidos. O setor recebeu cerca US\$ 4 bilhões (aproximadamente R\$ 21 bilhões) em investimentos em 2020. Considerado o período de 2010 a 2020, foram US\$ 37,3 bilhões injetados nos parques eólicos.

“Neste período do ano, os ventos ficam mais fortes que a média, tendo um comportamento oposto às chuvas. Devido à seca, os ventos ficam mais fortes. Para produzir energia eólica, são necessários ventos estáveis, com a intensidade certa e sem mudanças bruscas de velocidade ou de direção”, diz Elbia. “O Brasil tem a sorte de ter uma quantidade enorme deste tipo de vento, o que explica o sucesso da eólica no País nos últimos anos.”

Adidas vende a Reebok por US\$ 2,5 bi, mas fica no prejuízo.

O Estado de S. Paulo

Dezesseis anos depois de comprar a Reebok por US\$ 4 bilhões, a gigante alemã dos materiais esportivos Adidas está vendendo o negócio por pouco mais da metade desse valor para a Authentic Brands, uma voraz compradora de marcas que passam por dificuldades.

Nos últimos anos, a Authentic comprou a Brooks Brothers (de roupas masculinas de alto padrão) e a Forever 21 (de fast-fashion), ampliando um portfólio que inclui marcas como a Sports Illustrated. A aquisição da Reebok ocorre em um momento em que a companhia se prepara para abrir o capital. “Estávamos de olho na Reebok há

muitos anos”, disse Jamie Salter, presidente da Authentic. “A Reebok possui uma distribuição global que está em expansão.” A Reebok está presente em 80 países, sendo que 70% de seus negócios estão concentrados fora dos mercados dos EUA e do Canadá. A sede da empresa continuará em Boston.

Quando a Adidas comprou a Reebok, em 2005, tinha a intenção de recapturar a fase áurea da marca, nos anos 1980, quando ela se tornou uma rival de peso para a Nike. No entanto, a grife acabou se perdendo dentro do império Adidas e viu os resultados minguarem. Em 2020, suas vendas caíram 19%, para R\$ 1,4 bilhão. “Por um período de tempo, a marca foi provavelmente mais potente do que seus produtos”, disse Kasper Rorsted, presidente da Adidas, sobre a Reebok em 2016. “Agora, eu acho que os produtos são mais fortes do que a marca, e temos de nos reconectar com nossos consumidores.”

A Adidas usou anteriormente a estratégia de vender negócios em dificuldades, em acordos com diferentes níveis de sucesso para os compradores. O fundo de private equity KPS Partners, por exemplo, lucrou ao ficar com a grife de equipamentos de golfe Taylor Made, que ganhou força depois de uma parceria de marketing com Tiger Woods. Já a marca de calçados Rockport, que foi vendida para a Berkshire Partners, acabou pedindo falência, acusando a antiga dona de atrasar o processo de venda do negócio muito além do necessário.

Mesmo com vacina, retorno ao trabalho presencial é parcial

O Estado de S. Paulo

Apesar do avanço da vacinação contra o novo coronavírus, as empresas e muitos de seus funcionários não estão especialmente animados para retornar ao trabalho presencial. Ao contrário: o retorno está sendo a conta-gotas. Segundo estudo realizado pela KPMG no primeiro semestre, 66% das empresas estavam interessadas em voltar ao trabalho presencial ainda neste ano e 34% somente em 2022. Agora, a divisão está em 50%, segundo Luciene Magalhães, sócia da consultoria. E 74% das empresas ouvidas afirmam que os planos de volta ao escritório mudaram em algum momento por causa do surgimento de novas cepas. O modelo híbrido, que mistura trabalho presencial e home office, é visto tanto por empresas como por especialistas como um caminho sem

volta. Uma outra pesquisa, da companhia de coworking WeWork com a consultoria Workplace Intelligence, aponta que 53% dos funcionários desejam trabalhar três ou mais dias em casa por semana.

A empresa de benefícios Ticket é uma das que estão bem conservadoras com a volta ao escritório. A companhia já possuía um programa de trabalho híbrido – misturando presencial e home office – desde 2018. Mas, com a pandemia, 100% dos funcionários foram para casa e por lá ficaram. A empresa começa a desenhar um retorno dos 600 colaboradores em três fases.

O modelo híbrido é visto tanto por empresas quanto por especialistas como um caminho sem volta. Uma pesquisa realizada pela companhia de coworking WeWork com a consultoria Workplace Intelligence aponta que 53% dos funcionários desejam trabalhar três ou mais dias em casa por semana.

O Mercado Livre vai apostar nesse modelo, mas hoje vive uma dualidade. Enquanto há mais de 6 mil colaboradores trabalhando presencialmente nos centros logísticos, a sede, em Osasco (SP), com mais de 33 mil m², está vazia. Nesse segundo caso, mesmo sem prazo para voltar, há uma certeza: o retorno será no esquema híbrido. A empresa criou um comitê para avaliar a volta e definiu que, quando tudo estiver normalizado, 50% da carga horária dos funcionários será de casa e a outra metade, na sede. “Entre os indicadores que avaliamos para a volta está a evolução dos índices pandêmicos e de vacinação das equipes, acompanhado a partir de um formulário em que o colaborador pode informar se já foi vacinado”, diz Patrícia Monteiro, diretora do Mercado Livre no Brasil.

A pandemia fez com que a procura por um escritório central ficasse para depois, mas a empresa já está em busca de espaços que comportem um número ainda maior de funcionários, pois tem mais vagas abertas. “Montar um time e construir uma cultura sem que ninguém se conheça é mais difícil e, agora que a vacinação está andando, estamos pensando em um escritório, que adotará modelo híbrido”, afirma Vasto.

No entanto, ainda existe uma fatia de 34% que gostaria de trabalhar todos os dias do escritório, seja por falta de estrutura em casa ou por se concentrar melhor no escritório, segundo o estudo da WeWork e da Workplace Intelligence. Esse cenário é cada vez mais distante, mas há empresas que querem 100% da sua força de trabalho em

alguns dias da semana. É o caso da Simpress, que faz locação de equipamentos e soluções para gestão de documentos. A empresa viu a demanda para seus negócios, para a locação de computadores e notebooks, disparar durante a pandemia. Com um crescimento de 35% no primeiro semestre, a empresa chegou a faturar R\$ 1 bilhão em 2020. Para dar conta da demanda, o presidente da empresa, Vittorio Danesi, esperava que essa volta fosse ser mais rápida.

O escritório da companhia está completamente vazio. Danesi, porém, espera que até dezembro todos os seus 1,9 mil funcionários estejam vacinados e trabalhando presencialmente de terça a quinta – já segunda e sexta, todos farão home office.

Cielo vende R\$ 700 mi em ativos e deve sair dos EUA

Broadcast

A Cielo, que pertence ao Bradesco e ao Banco do Brasil, vendeu R\$ 700 milhões em ativos em menos de um ano – e deve vir mais por aí. O objetivo da empresa foi priorizar seu negócio principal, o de pagamentos, e contra-atacar a concorrência crescente. A Cielo desinvestiu em três operações: a Orizon (do segmento de saúde), a plataforma de transações para a bandeira Elo e a empresa de meios de pagamento M4U. Pode se desfazer também de um negócio no exterior, a norte-americana Merchant e-Solutions (MeS). Haveria banco com mandato para encontrar interessados pelo ativo e tratativas com potenciais compradores. Caso o negócio avance, será a maior venda da líder do setor de maquininhas no País.

A Cielo desembolsou US\$ 670 milhões pela MeS, em 2012. De lá para cá, a visão sobre a prioridade dentro da estratégia da empresa de pagamentos mudou. O atual presidente da Cielo, Gustavo Sousa, sinalizou, em conversa com analistas e investidores, que sua gestão está aberta a “analisar decisões mais estratégicas”.

A M4U foi vendida na sexta-feira por até R\$ 185 milhões para a Bemobi, de serviços digitais móveis. A Cielo vai usar os recursos para reforçar os produtos de prazo, com destaque para a antecipação de recebíveis. A ideia é antecipar a receita futura aos lojistas, reter o cliente e garantir margens futuras. Bradesco BBI e Lefosse assessoraram operação por parte da Cielo. A Vinci Partners e o Pinheiro Guimarães atuaram pela Bemobi.

Aprendizado de Pequenos Investidores

Broadcast

Os pequenos investidores na Bolsa, que já chegam a quase 4 milhões de pessoas físicas, estão tendo problemas para administrar suas aplicações em ações. Com muitos novatos, houve disparada de calotes, e a lista de inadimplentes de agosto da B3 é a maior já vista, com 54 páginas e mais de 2.200 nomes.

A B3 tem divulgado listas de inadimplentes, normalmente com uma, duas ou, no máximo, três páginas. Só este ano, já são perto de 50 listas. A mais extensa até agora havia sido em junho, com 37 páginas, que já causara surpresa.

Profissionais em corretoras e gestoras de recursos dizem que parte dos calotes ocorre com pessoas que operam alavancadas. Elas pegam crédito e, quando perdem, têm prejuízo muito maior. A conta fica negativa, às vezes em segundos, e o investidor não tem dinheiro ou o ativo para fazer frente à chamada de margem da B3.

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;
Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços*	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até Junho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	4,76
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	6,08
INPC	-	4,48	5,45	5,01
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: (*) Ainda está com relação a maio.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.162	33.694	7.468
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.409	66.686	18.723
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.756	104.338	16.418
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.304	131.844	19.460
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	182.982	159.443	23.539
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.027	187.771	33.256
JAN-IJUL	184.006	226.325	-42.319			
JAN-AGO	218.893	249.950	-31.057			
JAN-SET	256.906	275.920	-19.014			
JAN-OUT	300.857	304.054	-3.197			
JAN-NOV	341.518	329.960	11.558			
JAN-DEZ	372.189	358.139	14.050			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP.

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.